

**Sul América Capitalização S.A. - SULACAP**  
**CNPJ 03.558.096/0001-04**

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia" ou "Sulacap"), relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

**1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira passou por ajustes em 2015, objetivando corrigir os desequilíbrios acumulados nos anos anteriores, fruto da expansão creditícia e fiscal. A política econômica concentrou-se no processo de realinhamento de preços, na redução das intervenções sobre o câmbio e, principalmente, na recuperação fiscal no intuito de estabilizar a dívida pública. Ainda que a política econômica traçada estivesse na direção correta, dificuldades para aprovação das medidas propostas inviabilizaram o ajuste fiscal pretendido. A perspectiva de déficits fiscais crescentes, alimentando a expansão do endividamento público, elevou a percepção de risco da economia brasileira. Como consequência, o país perdeu o grau de investimento pelas agências de risco, ao mesmo tempo em que o real se deprecia. A economia passou por uma crise de confiança, reduzindo os investimentos, o consumo, tendo como consequência a elevação dos índices de desemprego. A inflação oficial ficou em 10,7%, refletindo, principalmente, a correção dos preços administrados, que subiram 18,1%, enquanto os demais preços da economia acumularam elevação de 8,7%, em consequência da depreciação cambial verificada no período. Estimativas de mercado projetam uma queda próxima de 4,0% no PIB brasileiro em 2015. No mercado de trabalho, cerca de 1,8 milhão de vagas foram fechadas no segmento formal da economia. A taxa média de desemprego encerrou no

ano em 7,0%, contra 4,8% em 2014. Alguns ajustes no sentido de melhorar os fundamentos da economia brasileira têm sido realizados. O Banco Central encontra-se empenhado em trabalhar para que a inflação de 2015 não impacte os preços em 2016 e 2017. Ao longo do ano, o Banco Central elevou a Selic em 250 pontos, colocando-a em 14,25% (11,75% no final de 2014). No setor externo, o ajuste decorrente de um câmbio mais depreciado levou a balança comercial a fechar 2015 com superávit próximo de US\$20 bilhões, enquanto o déficit em contas correntes recuou do US\$104,0 bilhões ao final de 2014, para um valor próximo de US\$60 bilhões em 2015. Pelo lado fiscal, os esforços caminham na busca de superávits que estabilizem a dívida pública no longo prazo, objetivando recuperar o grau de investimento atribuído pelas agências de rating. A melhora dos fundamentos econômicos é passo importante para a superação desse quadro nos próximos meses e anos. A recuperação da confiança dos agentes, que é condição necessária para isso, recolocará a economia em uma trajetória consistente de crescimento. **2. Principais informações financeiras:**

(R\$ milhões)	2015	2014	Δ
Arrecadação com títulos de capitalização	792,2	2.066,2	(61,7%)
Variação das provisões técnicas e para resgate	(685,7)	(1.484,8)	53,8%
Resultado com sorteio	(52,5)	(295,9)	82,3%
Custos de aquisição	(25,7)	(223,5)	88,5%
Outras receitas e despesas operacionais	(1,7)	(0,1)	NA
Despesas administrativas, tributos	(46,8)	(44,5)	(5,2%)
Resultado financeiro	59,9	52,8	13,3%
Resultado patrimonial	33,2	37,1	(10,6%)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>56,2</b>	<b>78,9</b>	<b>(28,7%)</b>

**3. Comentário sobre o desempenho:** A SULACAP totalizou R\$792,2 milhões na arrecadação com títulos de capitalização em 2015. A queda de 61,7% observada nas arrecadações se deve, principalmente, à suspensão da comercialização dos produtos da modalidade popular. O resultado com sorteios representou uma despesa de R\$52,5 milhões, 82,3% melhor do que em 2014. O resultado financeiro foi de R\$59,9 milhões, melhor de

13,3% e o lucro líquido no período foi de R\$56,2 milhões, 28,7% abaixo do lucro apresentado no ano anterior. O resultado do segmento foi impactado pelo cenário macroeconômico adverso, com arrefecimento da demanda no mercado de locação de imóveis e de campanhas promocionais. A Companhia continua implementando iniciativas estruturais que visam aprimorar processos, investimentos em tecnologia, parcerias em regiões estratégicas e maior participação em mercados ainda sub-penetrados. O segmento manteve o foco nos produtos Garantia de Aluguel e títulos de incentivo. **4. Distribuição do resultado:**

Descrição (em R\$ milhões)	2015	2014
Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações	73,8	108,5
(-) Impostos e contribuições	(16,1)	(28,7)
(-) Participações	-1,5	-0,9
<b>Subtotal</b>	<b>56,2</b>	<b>78,9</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(2,8)	(3,9)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>53,4</b>	<b>74,9</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	(13,4)	(18,7)
Dividendos adicionais propostos	-	(13,6)
Constituição da reserva estatutária	(40,0)	(42,6)

**5. Investimentos:** Em 31.12.2015, a Companhia mantinha investimentos diretos na Caixa Capitalização S.A., no montante de R\$60,2 milhões. Outros investimentos em imóveis e edificações que a Companhia tem na intenção de vendê-los somavam R\$1,1 milhão em 31.12.2015. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de acionistas:** A Sul América Capitalização S.A. - SULACAP não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016. **A ADMINISTRAÇÃO**

**Balanços patrimoniais em 31 dezembro de 2015 e 2014**  
 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	2015	2014		Passivo	Notas	2015	2014
<b>Ativo circulante</b>		<b>906.462</b>	<b>957.456</b>		<b>Passivo circulante</b>		<b>678.167</b>	<b>728.558</b>
Disponível		1.884	5.575		Contas a pagar		42.627	48.613
Caixa e bancos		1.884	5.575		Obrigações a pagar	11.1	35.928	43.938
Aplicações	5	865.037	856.518		Impostos e encargos sociais a recolher		1.894	379
<b>Créditos das operações de capitalização</b>		<b>22.966</b>	<b>82.444</b>		Encargos trabalhistas		1.391	1.574
Créditos das operações de capitalização		22.966	82.444		Impostos e contribuições		338	484
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>16.553</b>	<b>12.877</b>		Outras contas a pagar		3.076	2.238
Títulos e créditos a receber		8.392	8.209		<b>Débitos de operações com capitalização</b>		<b>557</b>	<b>368</b>
Créditos tributários e previdenciários		6.347	3.169		Débitos operacionais		557	368
Outros créditos	15.1	1.814	1.499		<b>Depósitos de terceiros</b>	12	<b>6.515</b>	<b>8.610</b>
Despesas antecipadas		22	42		Provisões técnicas - capitalização	13	<b>626.753</b>	<b>670.967</b>
<b>Ativo não circulante</b>		<b>215.957</b>	<b>221.331</b>		Provisão para resgates		553.301	614.048
Realizável a longo prazo		146.825	138.881		Provisão para sorteio		63.449	50.933
Títulos e créditos a receber		146.825	138.881		Outras provisões administrativas		10.003	5.986
Títulos e créditos a receber		310	-		<b>Outros débitos</b>		<b>1.715</b>	-
Créditos tributários e previdenciários		43.644	41.185		Provisão judicial	16.2	1.715	-
Depósitos judiciais e fiscais	16.1	102.871	97.696		<b>Passivo não circulante</b>		<b>107.200</b>	<b>95.642</b>
Investimentos		68.149	81.490		Contas a pagar		63.279	60.455
Participações societárias	9	60.208	73.252		Obrigações a pagar	11.1	63.279	59.625
Imóveis destinados a renda	10	6.870	6.880		Outras contas a pagar		-	830
Outros investimentos		1.071	1.358		<b>Outros débitos</b>		<b>43.921</b>	<b>35.187</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>806</b>	<b>904</b>		Provisão judicial	16.2	43.921	35.187
Imóveis de uso próprio		28	30		<b>Patrimônio líquido</b>		<b>337.052</b>	<b>354.587</b>
Bens móveis		778	865		Capital social	17.1	180.518	180.518
Outras imobilizações		-	9		Reservas de capital		9	9
<b>Intangível</b>		<b>177</b>	<b>56</b>		Reservas de reavaliação		3.683	3.683
Outros intangíveis		177	56		Reservas de lucros		223.366	194.094
<b>Total do ativo</b>		<b>1.122.419</b>	<b>1.178.787</b>		Ajustes de avaliação patrimonial		(70.524)	(23.717)
					<b>Total do passivo</b>		<b>1.122.419</b>	<b>1.178.787</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**  
 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendos adicionais propostos	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2014</b>	<b>100.309</b>	<b>79.660</b>	<b>9</b>	<b>3.683</b>	<b>25.105</b>	<b>108.857</b>	<b>-</b>	<b>133.962</b>	<b>(33.224)</b>	<b>-</b>	<b>284.399</b>
Aprovação de aumento de capital pela portaria N° 5.792 de 31/03/2014	69.660	(69.660)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 30/04/2014	-	549	-	-	-	-	-	-	-	-	549
Aprovação de aumento de capital pela portaria N° 52 de 02/09/2014	10.549	(10.549)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)	-	-	(4)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.507
<b>Resultado líquido do exercício</b>											<b>78.867</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>											<b>78.867</b>
Reserva legal	-	-	-	-	-						

## Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

Em relação aos títulos de pagamento único (PU), a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de emissão.

**Receita com resgate antecipado de títulos de capitalização:** A receita com resgate antecipado dos títulos de capitalização é registrada pelo regime de competência. Corresponde à penalidade prevista nas condições gerais do título de capitalização para o resgate antecipado, não excedendo a 10% dos valores das contribuições efetuadas até a data do resgate. **Receita com a prescrição de títulos:** A receita com a prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e não resgatados pelos subscritores dos títulos de capitalização nos prazos estabelecidos no Código Civil.

**3.1.2. Balanço patrimonial:** Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização;

• Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos;

• Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

**3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

**3.2.1. Mensurados a valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos (vide nota 4.3.) e de acordo com a gestão de riscos.

**3.2.2. Disponíveis para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados a valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

**3.2.3. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

**3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado.

**3.4. Participações societárias:** Reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustadas pela redução ao valor recuperável e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

**3.5. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas de probabilidade de inadimplência, entre outros.

**Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual excede o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

**3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 3 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

**3.7. Provisões técnicas de capitalização:** As provisões técnicas são constituídas e atualizadas mensalmente, de acordo com as notas técnicas, observadas as regulamentações vigentes, apresentadas no passivo circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses, de acordo com o determinado pela SUSEP, conforme a seguir:

**3.7.1. Provisão matemática para capitalização (PMC):** A PMC é constituída para a cobertura dos valores garantidos para o resgate, com base nos valores arredondados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em contrato.

**3.7.2. Provisão para resgates (PR):** A PR é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, devendo contemplar tantos os títulos vencidos quanto os títulos antecipados e deve ser atualizada conforme previsão contratual.

**3.7.3. Provisão para sorteios a realizar (PSR):** A PSR é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

**3.7.4. Provisão para despesas administrativas (PDA):** A PDA é constituída para a cobertura dos valores esperados para as despesas administrativas dos planos de capitalização. Com base em um histórico de informações é projetado o valor presente esperado das despesas administrativas futuras. As projeções são efetuadas considerando apenas as despesas necessárias à manutenção do negócio.

**3.8. Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais civis não relacionados a indenizações contratuais, reclamações trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia.

**Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais trabalhistas e cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda e o desembolso financeiro. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo não circulante, na rubrica "Provisões judiciais". Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cíveis e trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante, na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais".

**Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, provisados estão contabilizados na rubrica "Contas a pagar - obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

**3.9. Benefício a empregados:** Os benefícios compreendem o plano de contribuição definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia, o Programa de Indenização para Executivos, Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia, com o programa de indenização de executivos, com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

**3.10. Incentivos em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. O plano é o outorga de incentivos de ações bonificadas. Neste plano de incentivos em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dadas a seus executivos.

**3.11. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

**3.12. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados durante o exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

• Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5);

• Créditos tributários e previdenciários (nota 8.1);

• Ações fiscais (nota 16.2).

**3.13. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. No caso de contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante.

**3.14. Normas emitidas e revisadas:** 3.14.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações

financeiras. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2015. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

• Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012.

• Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013.

**Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2015:**

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em vigor a partir de 01/01/2018;

• IFRS 16 - Arrendamento mercantil - Em vigor a partir de 01/01/2019;

• Modificações às IAS 27 - Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas - Em vigor a partir de 01/01/2016;

• Modificações às IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamento de divulgações das Demonstrações Financeiras - Em vigor a partir de 01/01/2016.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data efetiva de adoção para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida da sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CPC. A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto para o IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

**4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management - ERM) da SulAmérica tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

• **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

• **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

• **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos;

• **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a SulAmérica apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido. O Conselho de Administração é responsável por executar a atividade de supervisão do gerenciamento de riscos da organização, aprovando o apetite a riscos recomendado pelo CoR. A execução do processo é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização, conforme descrito a seguir:

**1º Linha de defesa:** • **Donos dos riscos:** Responsáveis por fornecer recursos para a área de riscos corporativos nas etapas de ERM. Além, de monitorar os riscos mantendo os controles internos eficientes, supervisionar e propor planos de ação para a mitigação dos mesmos;

**2º Linha de defesa:** • **Comitê de auditoria:** Tem, dentre suas atividades, a avaliação da suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido. O Conselho de Administração é responsável por executar a atividade de supervisão do gerenciamento de riscos da organização, aprovando o apetite a riscos recomendado pelo CoR. A execução do processo é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização, conforme descrito a seguir:

**3º Linha de defesa:** • **Comitê de auditoria:** Tem, dentre suas atividades, a avaliação da suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido. O Conselho de Administração é responsável por executar a atividade de supervisão do gerenciamento de riscos da organização, aprovando o apetite a riscos recomendado pelo CoR. A execução do processo é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização, conforme descrito a seguir:

**3.1. Risco de inadimplência das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo, executado pela área atuarial corporativa que desempenha testes de consistências e recálculos periódicos a fim de avaliar a precisão das metodologias empregadas em cada uma das linhas de negócio. As provisões técnicas apresentaram a movimentação que pode ser observada na nota 13.1.

**3.2. Riscos de inadimplência das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo, executado pela área atuarial corporativa que desempenha testes de consistências e recálculos periódicos a fim de avaliar a precisão das metodologias empregadas em cada uma das linhas de negócio. As provisões técnicas apresentaram a movimentação que pode ser observada na nota 13.1.

**3.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriada e assegure a capacidade da SulAmérica de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

• Metas de rentabilidade;

• Limites de risco;

continuação

## Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. Adicionalmente, a SulAmérica conta com uma área de auditoria interna responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemáticas). Assim como, certificar a existência de adequados controles internos operacionais e sistemáticos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor. **4.7. Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2015 e 2014, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo

**5. Aplicações:** **5.1. Composição das aplicações:**

Descrição	2015						2014					
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor contábil	Valor avaliado pela curva	Valor contábil			Valor avaliado pela curva	Valor contábil	Valor avaliado pela curva	Valor contábil		
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>												
Certificados de depósito bancário	–	–	284.756	287.816		287.816						
Pós-fixado CDI	–	–	6.073	6.072	102,09% CDI	6.072						
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	–	–	5.122	5.122	109,2% CDI	5.122						
Pós-fixado CDI	–	–	273.561	276.622	113,03% CDI	276.622						
Letras financeiras	–	–	609.963	568.839	568.839							
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>												
Notas do tesouro nacional - Série B	–	–	13.704	10.140	IPCA 5,04% a.a.	10.140						
Notas do tesouro nacional - Série F	–	–	174.921	147.755	11,41% a.a.	147.755						
Letras financeiras do tesouro	–	–	272.139	272.110	SELIC	272.110						
Letras do tesouro nacional	–	–	149.199	138.834	12,33% a.a.	138.834						
Pré-fixado	–	–	–	–	–	–						
<b>Cotas de fundos de investimento</b>	8.409	8.382	–	–	8.382							
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	5.617	5.617	–	–	5.617							
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	2.792	2.765	–	–	2.765							
Letras financeiras do tesouro	2.229	2.229	–	–	SELIC	2.229						
Títulos da dívida agrária	285	258	–	–	TR+6,93% a.a.	258						
Operações compromissadas	268	268	–	–	SELIC	268						
Outros	10	10	–	–	–	10						
<b>TOTAL</b>	<b>8.409</b>	<b>8.382</b>	<b>894.719</b>	<b>856.655</b>	<b>865.037</b>							
Percentual de participação nas aplicações	0,97%	99,03%	100,00%	99,03%	100,00%							
<b>Total</b>			<b>865.037</b>									
<b>Circulante</b>						<b>865.518</b>						

**5.2. Movimentação das aplicações:**

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
<b>Saldo em 01/01/2014</b>	<b>296.784</b>	<b>511.622</b>	<b>808.406</b>
Aplicações	6.180.521	674.012	6.854.533
Rendimentos resgate	(35.525)	(44.690)	(80.215)
Principal resgate	(6.376.931)	(430.717)	(6.807.648)
Resultado financeiro	23.919	63.121	87.040
Ajuste no patrimônio líquido	–	(6.040)	(6.040)
Outros recebimentos/(pagamentos)	442	–	442
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>89.210</b>	<b>767.308</b>	<b>856.518</b>
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>89.210</b>	<b>767.308</b>	<b>856.518</b>
Aplicações	149.769	349.257	499.026
Rendimentos resgate	(25.731)	(52.799)	(78.530)
Principal resgate	(213.361)	(280.464)	(493.825)
Resultado financeiro	8.466	101.265	109.731
Ajuste no patrimônio líquido	–	(27.912)	(27.912)
Outros recebimentos/(pagamentos)	29	–	29
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>8.382</b>	<b>856.655</b>	<b>865.037</b>

**5.3. Análise de sensibilidade das aplicações:** As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) A metodologia de VaR paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominada VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duração nos quais cada ativo pode estar aloocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera ( $\Delta P$ ) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Nos quadros abaixo apresentamos o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e do ganho ou perda com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de risco	2015	
	VaR 95%	DV1=0,01%
Pré-fixado	926	42
IPCA	59	10
<b>Total</b>	<b>985</b>	<b>52</b>

  

Fatores de risco	2014	
	VaR 95%	DV1=0,01%
Pré-fixado	1.647	90
IPCA	161	15
<b>Total</b>	<b>1.808</b>	<b>105</b>

Os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). Esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Modelos baseados em metodologias próprias, para o ativo ou passivo. **Nível 1:** Títulos de renda fixa - públicos: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Nível 2:** Certificados de depósito bancário (CDB) e letras financeiras (LF): Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de 8.2. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	01/01/2014		Atualização monetária	Pagamentos / baixas	31/12/2014
	Adições				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.352	1.443	117	(1.044)	3.868
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.854	2	56	(1.912)	–
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	62	–	4	(66)	–
Programa de Integração Social - PIS	13	2.031	–	–	2.044
<b>Total</b>	<b>5.281</b>	<b>3.476</b>	<b>177</b>	<b>(3.022)</b>	<b>5.912</b>
<b>Circulante</b>					<b>3.169</b>
<b>Não circulante</b>					<b>2.743</b>

**8.3. Movimentação dos créditos e débitos tributários:** As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

Descrição	01/01/2014		Atualização monetária	Pagamentos / baixas	31/12/2014
Consti-tuição	Reali-zação				


<tbl\_r cells="2" ix="2"

## Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

## 13. Provisões técnicas: 13.1. Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgates (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisão de complementar de Sorteio (PCS)	Provisão para despesas administrativas (PDA)	Total
Saldo em 01/01/2014	705.112	31.846	4.969	44.807	5	3.639	790.373
Incremento	1.482.725	—	301.908	297.832	—	2.347	—
Cancelamentos	(3.813)	—	—	(394)	—	—	—
Transferência entre reservas	(1.626.108)	1.626.108	—	—	—	—	—
Pagamentos / baixas	(3.399)	(1.637.438)	(307.785)	(291.817)	(5)	—	—
Atualização monetária / juros	36.340	2.675	994	419	—	—	—
<b>Saído em 31/12/2014</b>	<b>590.857</b>	<b>23.191</b>	<b>86</b>	<b>50.847</b>	<b>—</b>	<b>5.986</b>	<b>670.967</b>
Incremento	687.576	—	53.019	53.357	3	4.017	—
Cancelamentos	(5.869)	—	—	(1.551)	(3)	—	—
Transferência entre reservas	(774.619)	774.619	—	—	—	—	—
Pagamentos / baixas	(2.621)	(780.949)	(53.243)	(40.363)	—	—	—
Atualização monetária / juros	38.937	2.179	231	1.066	—	—	—
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>534.261</b>	<b>19.040</b>	<b>93</b>	<b>63.356</b>	<b>—</b>	<b>10.003</b>	<b>626.753</b>

13.2. Garantias das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

Descrição	2015	2014
Provisões técnicas	626.753	670.967
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	5.617	84.263
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	2.764	4.946
Títulos de renda fixa - públicos	568.839	541.218
Títulos de renda fixa - privados	285.069	223.682
Total de ativos	862.289	854.109
Ativos vinculados em excesso	235.536	183.142

14. Partes relacionadas: 14.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
			2015	2014	2015	2014
Sul América S.A. (c)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	—	—	274	—
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (h)	Controladora	Saepar Serviços e Participações S.A.	183	25	252	—
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (g) (h)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	873	20	495	—
Saepar Serviços e Participações S.A. (c)	Controladora	Sul América S.A.	—	—	—	—
Sul América Companhia de Seguros Saúde (a)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	—	22	—
Sul América Saúde Companhia de Seguros (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	—	—
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	63	168
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (e)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—	127	—
Caixa Capitalização S.A. (f)	Coligada	Participações Securitárias Participações Securitárias Ltda.	7.461	8.164	—	—
Gouvea Vieira Advocacia (b)	Outros	Outros	—	—	—	(7)
Gouvea Vieira Advogados Associados (b)	Outros	Outros	—	—	—	(89)
Sul América Santa Cruz Participações S.A (f)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—	12.600	17.679
<b>Total</b>			<b>8.517</b>	<b>8.209</b>	<b>13.833</b>	<b>17.847</b>
					<b>7.722</b>	<b>25 (8.652) (1.995)</b>

(a) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (b) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário; (c) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Refere-se ao seguro saúde dos funcionários da Companhia; (e) Valor referente à taxa de administração de 0,25% sobre a carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (f) Valor referente aos dividendos a receber ou a pagar entre acionistas, titulares ou sócios; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal e ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (h) Valor referente à venda de títulos de capitalização, na modalidade incentivo, liquidados mensalmente e resgatados 60 dias após a data da aquisição. Em 31/12/2015, a Companhia recebeu de sua coligada Caixa Capitalização S.A. dividendos no montante de R\$17.395 (R\$37.263 em 2014) e pagou dividendos aos seus acionistas no montante de R\$32.317 (R\$15.300 em 2014), sendo R\$30.502 (R\$13.350 em 2014) para a Sul América Santa Cruz Participações S.A. e R\$1.815 (R\$1.950 em 2014) para os demais acionistas.

14.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Incentivo pós-emprego	Benefícios em ações	Total
Contas a pagar	3.441	—	274	3.715
2015	3.441	—	274	3.715
2014	2.557	5.052	—	7.609
<b>Despesas</b>	<b>(4.397)</b>	<b>(167)</b>	<b>(342)</b>	<b>(4.906)</b>
2015	(4.397)	(167)	(342)	(4.906)
2014	(6.191)	(327)	—	(6.518)
<b>Total</b>	<b>102.871</b>	<b>97.696</b>	<b>102.871</b>	<b>97.696</b>

(a) Despesa a reembolsada a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (Nota 3.10). **15. Compromissos e ônus a liquidar:** 15.1. Outros créditos: Em 31/12/2015, o saldo de R\$1.814 (R\$1.499 em 2014) da rubrica "Outros créditos", no ativo circulante, é composto, principalmente, por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$1.400 (R\$1.255 em 2014). 15.2. Garantias das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 13.2. 16. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2015 e 2014, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 16.1. Depósitos judiciais e fiscais:

Descrição	2015	2014
Fiscais:		
COFINS	29	27
PIS	21.431	19.732
CSLL	29.785	25.513
IRPJ	14.203	13.062
Outros	161	312
<b>Previdenciárias:</b>	<b>9.080</b>	<b>8.391</b>
<b>Total</b>	<b>102.871</b>	<b>97.696</b>
<b>Não circulante</b>	<b>102.871</b>	<b>97.696</b>

16.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldo em 01/01/2014	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldo em 31/12/2014
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	9.419	4.882	2.163	(700)	15.764
Trabalhistas	9.492	254	719	(920)	9.545
Honorários	422	536	216	(64)	1.110
Outros	41	268	197	(106)	400
<b>Subtotal</b>	<b>19.374</b>	<b>5.940</b>	<b>3.295</b>	<b>(1.790)</b>	<b>26.819</b>
<b>Tributárias: (a)</b>					
PIS	14.255	1.144	897	—	16.296
COFINS	14.241	—	—	(14.241)	—
CSLL	9.865	5.172	1.146	—	16.183
Multas	1.534	—	9	(1.543)	—
Honorários	2.752	1.752	—	(81)	4.423
<b>Subtotal</b>	<b>42.647</b>	<b>8.068</b>	<b>2.052</b>	<b>(15.865)</b>	<b>36.902</b>
<b>Previdenciárias:</b>					
INSS	7.725	178	465	—	8.368
<b>Total</b>	<b>69.746</b>	<b>14.186</b>	<b>5.812</b>	<b>(17.655)</b>	<b>72.089</b>
<b>Não circulante</b>					

continuação

## Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

## Parecer dos atuários independentes

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Rio de Janeiro - RJ **Escopo da Auditoria.** Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2015, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração.** A Administração da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável

de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nossas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião.** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência acima referidos da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia") ("Comitê") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independente e interna, bem como os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê; • Verificou que as auditorias contábeis independente e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo

identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias contábeis independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudesse colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas exigem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas exigem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação

de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nossas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 24 de fevereiro de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5

das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 24 de fevereiro de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5

das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 24 de fevereiro de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5

das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 24 de fevereiro de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5

das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 24 de fevereiro de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5

das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 24 de fevereiro de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5

das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 24 de fevereiro de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5

das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros assuntos.** Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.1, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 24 de fevereiro de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi Contador CRC 1RJ 081.401/O-5

das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é